



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
CURSO DE PSICOLOGIA

Juliana Thereza Ferreira Ribeiro
Leidiany Martins de Oliveira

**O CENÁRIO DA PANDEMIA NO BRASIL: IMPACTOS DA DESIGUALDADE
SOCIAL E O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Belo Horizonte
2021

Juliana Thereza Ferreira Ribeiro

Leidiany Martins de Oliveira

**O CENÁRIO DA PANDEMIA NO BRASIL: IMPACTOS DA DESIGUALDADE
SOCIAL E O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia, do Instituto de Ciências
Humanas do Centro Universitário Una como
requisito parcial à obtenção do título de bacharel em
Psicologia.

Orientadora: Roberta Andrade e Barros

Belo Horizonte

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela força.

A nossa orientadora Roberta Andrade e Barros por nos encorajar e apoiar durante essa jornada.

Aos nossos familiares e amigos que ofereceram tempo de suas rotinas atarefadas para nos auxiliar com palavras de incentivo, apoio e transmitindo calma.

Aos nossos professores pela disponibilidade e paciência durante todo o curso, principalmente nos apoiando em desbravar um tema de grande relevância na Psicologia.

RESUMO

O presente trabalho possui como tema central o cenário da pandemia do Covid-19 no Brasil e apresenta uma análise sobre o assunto, explicitando os impactos das desigualdades sociais e o ensino remoto na Educação Inclusiva. A partir da observação das dificuldades enfrentadas por grande parte da população brasileira considerada desfavorecida financeiramente, em meio a adoção do ensino remoto no período de quarentena, verificou-se a necessidade do desenvolvimento de um estudo, especialmente para compreender as consequências da pandemia na inclusão escolar. Para tanto, utilizam-se métodos de pesquisa bibliográfica, bem como dados para obter-se respostas coerentes e válidas para a temática em questão. Conclui-se que as contribuições do psicólogo para o ambiente escolar são diversas, uma vez que o mesmo assume a missão de promover diálogos e auxiliar nos enfrentamentos de obstáculos das desigualdades sociais que ficam cada vez mais explícitas com a adoção do ensino remoto durante a pandemia do Covid-19.

Palavras-chave: Psicologia, Pandemia, Educação Inclusiva, Ensino Remoto, Desigualdades Sociais.

ABSTRACT

The present work has as its central theme the scenario of the Covid-19 pandemic in Brazil and presents an analysis on the subject, explaining the impacts of social inequalities and remote teaching in Inclusive Education. From the observation of the difficulties faced by a large part of the Brazilian population considered financially disadvantaged, amid the adoption of remote education in the quarantine period, it was verified the need to develop a study, especially to understand the consequences of the pandemic on school inclusion. Therefore, bibliographic research methods are used, as well as data to obtain coherent and valid answers for the theme in question. It is concluded that the psychologist's contributions to the school environment are diverse, as he assumes the mission of promoting dialogues and helping to tackle obstacles and social inequalities that are increasingly explicit with the adoption of remote learning during the pandemic of Covid-19.

Keywords: Psychology, Pandemic, Inclusive Education, Remote Learning, Social Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS - Organização Mundial da Saúde

CETIC - BR - Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação

UNESCO - Organização Mundial das Nações Unidas pela Educação, Ciência e a Cultura

MEC - Ministério da Educação

ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

ABPP - Associação Brasileira de Psicopedagogia

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CRP - Conselho Regional de Psicologia

LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CENESP - Centro Nacional de Educação Especial

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

PNE - Plano Nacional de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

IRM - Instituto Rodrigo Mendes

CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária

SME- Secretaria Municipal de Educação

AEE- Atendimento Educacional Especializado

USP - Universidade de São Paulo

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFABC - Universidade Federal do ABC

PEI - Plano de Ensino Individual

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Problema	8
1.2 Objetivos	8
1.2.1 Objetivo Geral	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 Justificativa	9
2. METODOLOGIA	12
3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	13
4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DE PANDEMIA	20
5. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus teve início em 15 de Março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de alerta a nível mundial. Durante as duas semanas que antecederam o decreto, um dos assuntos principais em todas as redes sociais era o Covid-19, porém, quase sempre em tom de piadas. Assim, a pandemia veio tomando proporções inimagináveis e por isso, a principal medida adotada para combater a disseminação do Covid-19 foi o isolamento social. Logo, foram decretados os fechamentos de escolas públicas e particulares no Brasil inteiro, universidades, igrejas, *shoppings*, eventos e comércios não essenciais. Os trabalhos não essenciais foram suspensos e muitos trabalhadores foram designados para *Home Office*, ou seja, trabalho remoto. Além disso, qualquer tipo de atividade que envolvesse aglomeração de pessoas foi proibida, exceto as atividades essenciais, como por exemplo supermercados, farmácias e hospitais. Mas vale ressaltar que esses mantiveram as portas abertas adotando as medidas de segurança recomendadas pela OMS, como o uso obrigatório de máscaras, distanciamento de dois metros entre cada pessoa, medição de temperatura, higienização das mãos com álcool em gel.

Em poucos meses o mundo todo mudou, desde o fluxo de trânsito, os hábitos de higiene, até a forma de cumprimentar as pessoas. Portanto, foram surgindo novas maneiras de se relacionar com o outro. As pessoas começaram a se reinventar no âmbito da comunicação, afinal, com tanta tecnologia disponível atualmente, a inovação torna-se mais simples para os criativos. Dessa forma, o que antes era considerado por muitos um distanciador social, hoje tornou-se uma via de aproximação: o universo tecnológico. Através da tecnologia, as pessoas têm comemorado aniversários à distância com os amigos e familiares; o número de pedidos no *delivery* aumentou significativamente nos últimos meses; plataformas de videoconferência como o *Zoom*, por exemplo, obtiveram recorde de *downloads*; e o ensino remoto têm tomado grandes proporções. Basta um acesso à *internet* para alcançar o conhecimento do quase infinito catálogo de cursos à distância. Mas a questão é: será mesmo que todos têm acesso a essa tecnologia?

O Brasil é um país com alto índice de desigualdade social. E com todo esse contexto, é evidente que os estudantes de classes mais vulneráveis financeiramente têm vivenciado diversos empecilhos e dificuldades diante do ensino remoto, como por exemplo não ter um computador ou celular para assistir às aulas, falta de acesso à *internet*, e até mesmo os pais que por terem que trabalhar presencialmente, não podem estar em

casa com os filhos para orientá-los durante as aulas. A partir disso, é explícito que essa situação acarreta grandes prejuízos para a educação de todos os alunos que estão em vulnerabilidade socioeconômica.

De fato, a pandemia e o isolamento social vêm trazendo cada vez mais impactos psicossociais imensuráveis para toda a sociedade, e principalmente para o público infantil e pessoas com deficiência, uma vez que parte destes não conseguem compreender a dimensão do acontecimento em suas vidas ainda. A rotina de um estudante que antes era constituída em ir para a escola e conviver em sociedade foi bruscamente interrompida, e a *internet* que anteriormente era um lugar para brincadeiras, agora tornou-se a nova sala de aula. Mas sabe-se que o acesso à *internet* não é uma realidade para grande parte da sociedade. Sendo assim, questiona-se a efetividade da Educação Inclusiva em tempos de pandemia, principalmente para aqueles que são impactados pela desigualdade social.

Considerando o contexto, este trabalho aborda os impactos das desigualdades sociais na Educação Inclusiva, bem como a Psicologia pode contribuir para a redução destes. Para alcançar este objetivo, inicialmente serão tratadas as possíveis consequências da pandemia na inclusão escolar. Em seguida, serão apresentados os modelos de ensino utilizados para manter a Educação Inclusiva dentro das escolas públicas e privadas e por último, serão demonstradas as contribuições da Psicologia para a Educação Inclusiva em meio ao cenário de pandemia.

1.1 Problema

Qual o papel da psicologia para reduzir os impactos das desigualdades sociais a partir do ensino remoto na Educação Inclusiva impostos pelo cenário de pandemia?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os impactos das desigualdades sociais na Educação Inclusiva diante do cenário de pandemia.

1.2.2 Objetivos específicos

- Demonstrar as possíveis consequências da pandemia para a inclusão escolar.

- Apresentar os modelos utilizados para a Educação Inclusiva, pública e privada no cenário da pandemia do Coronavírus.
- Identificar as contribuições da Psicologia para a Educação Inclusiva em meio cenário pandêmico.

1.3 Justificativa

No cenário da Educação, professores e alunos vêm se reinventando há meses para dar continuidade ao calendário escolar através do ensino remoto, devido a pandemia do novo coronavírus, que nos impõe novas formas de nos relacionar com o outro para evitar o contágio. A experiência de ir à escola, entrar em uma sala de aula, estar em convivência com outros alunos, foi interrompida. Essa interrupção aconteceu de forma repentina e sem previsão de retomada, gerando assim, grande preocupação tanto aos professores que não tiveram preparo para realização das aulas remotas e muitos não foram nem envolvidos no planejamento das diretrizes estratégicas de como iria ocorrer a continuação do ano letivo. Ou seja, apenas tiveram que se adaptar ao modelo proposto pelas instituições de ensino, gerando uma grande sobrecarga de atividades e danos emocionais, como ansiedade, angústia e estafe, quanto para os alunos e suas famílias.

Pesquisas recentes do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic-Br, 2019) indicou um índice de 71% da população brasileira que possui acesso à *internet*. E é válido ressaltar que, de acordo com a mesma pesquisa, dos 29% dos brasileiros que não possuem acesso à *internet*, mais da metade desse índice são de pessoas que se encontram nas classes sociais C, D e E. Os dados da mesma pesquisa também mostram que em relação aos alunos da rede pública estadual e municipal, somente 75% dos alunos possuem acesso à *internet* para realizar as tarefas escolares, enquanto na rede particular 90% dos alunos possuem acesso à *internet*.

A partir disso, podemos identificar como o fator socioeconômico está diretamente ligado às questões de acesso à tecnologia. O que acaba corroborando para o aumento das desigualdades sociais, gerando ainda mais exclusão. E quando olhamos para o indicador do Ensino Infantil/Fundamental da pesquisa (Cetic-Br, 2019) apenas 63% dos alunos possuem acesso à *internet* para realizar as atividades escolares, um índice que chama bastante atenção por representar baixo acesso de crianças ao ensino remoto. Outra preocupação com o Ensino Infantil/Fundamental está relacionada ao processo de alfabetização a distância, que no momento não há metodologias suficientes, o que por

consequência exige ainda mais das famílias o apoio nas atividades pedagógicas, o que nem sempre é possível, por os pais ou responsáveis terem que ir trabalhar e não ter como dar suporte para as crianças, e até mesmo familiares que não possuem grau de instrução suficiente para orientar as crianças.

Diante do cenário de pandemia, a estratégia encontrada para manter o ensino foi através da tecnologia. O uso das tecnologias digitais na educação é considerado um facilitador e, se utilizado de forma integrada com um bom planejamento pedagógico e empenho dos alunos, é um excelente recurso. Entretanto, o que pode ser um facilitador para alguns, se torna um empecilho para outros devido à falta de acesso à *internet*. Para explicar tal situação, temos observado através das mídias diversos relatos de pais que estão enfrentando barreiras para ajudar seus filhos nas atividades escolares. Com a dificuldade financeira para pagar pela *internet*, muitos estão se deslocando até a escola para ter acesso ao material necessário para que os filhos possam continuar a estudar. O apoio da comunidade, por exemplo, vizinhos que disponibilizam acesso à *internet* também tem sido um recurso bem utilizado. E ainda existem casos de professores que estão indo até a casas de alunos os quais foram identificados como impossibilitados de acompanhar a aula *online*. A partir de todos os desafios listados acima, entendemos a importância de pensar em uma educação inclusiva. Ou seja, o tipo de educação que trata além da inclusão das pessoas com deficiência e superdotação no ensino regular, trata-se da garantia da educação para todos. Será que todos estão realmente incluídos nesse novo modelo de aula? Diante desse questionamento, todos os envolvidos no processo de aprendizagem necessitam realizar diversas adaptações desde o início da pandemia para tentar manter o ensino, principalmente quando falamos das escolas da rede pública. Afinal, devido ao baixo investimento do Estado, a falta de estrutura e equipamentos tecnológicos, acaba dificultando o trabalho de professores e de toda a equipe pedagógica para que possam estabelecer práticas escolares inclusivas para todos, diante do ensino remoto.

Segundo Corrêa (2020) no Protocolo sobre a Educação Inclusiva durante a Pandemia do COVID-19, uma problemática relevante é em relação aos meios digitais possuírem barreiras de acessibilidade. Em uma pesquisa feita pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil (2020), foi identificado que em relação ao acesso aos sites educacionais apenas 3,88% não apresentam barreiras de acessibilidade, o que representa um índice muito baixo. Alguns professores estão adotando diversas medidas para auxiliar a aprendizagem de alunos com deficiência criando materiais adaptados e os

disponibilizando na escola para que esses alunos, com a ajuda da família, possam assimilar as matérias com mais facilidade em casa.

Portanto, este trabalho de conclusão de curso mostra sua relevância em querer analisar os impactos das desigualdades sociais na educação inclusiva diante do cenário de pandemia e como nós, profissionais da Psicologia, podemos atuar para redução de tais impactos em nossa sociedade.

2. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos deste trabalho, a abordagem utilizada foi qualitativa. Os procedimentos metodológicos foram a pesquisa bibliográfica para conhecimento e embasamento do tema proposto e pesquisa documental em arquivos públicos como: legislações, publicações parlamentares e ofícios. Para isso, utilizamos artigos, periódicos, livros, jornais, revistas nas bases eletrônicas do *Google Acadêmico*, *Scielo*, *Pepisc* e bibliotecas. Além disso, também foram utilizadas as Normativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Mundial das Nações Unidas pela Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), do Ministério da Educação (MEC), da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP), do Conselho Federal de Psicologia (CFP), entre outros. Os materiais usados estão em língua portuguesa e foram publicadas entre 2003 e 2021, com a intenção de analisar desde conceitos e contextos já existentes há anos, até revisões bibliográficas atuais com a temática da pandemia. Os descritores de pesquisas aplicados foram: Psicologia, Pandemia, Educação Inclusiva, Ensino Remoto, Desigualdades Sociais.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

Para falarmos sobre a Educação Inclusiva, é importante diferenciá-la do conceito de Educação Especial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) Nº 9394/96, em seu artigo 58, redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013, define a Educação Especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Enquanto a Educação Inclusiva, para Moreira et al (2020, p.11) não está diretamente ligada às pessoas com algum tipo de deficiência. Vale ressaltar que a forma de compreensão e aprendizagem, não apenas escolar, mas na vida como um todo, possuem ritmos e maneiras distintas para cada indivíduo. Ou seja, cada ser assimila as informações ao seu modo particular, e é justamente por este motivo que um planejamento educacional de estratégias pedagógicas deve ser desenvolvido considerando todos os estudantes de uma turma, independentemente de deficiência. Dessa forma, a educação diante da diversidade significa atuar na concepção de uma realidade que garante educação para todos, sempre na luta de aprimorar a qualidade de ensino.

A Educação inclusiva significa educar todas as crianças em um mesmo ambiente com o contexto escolar acolhendo e entendendo a diferença como fator positivo, valorizando a diversidade. (...) A Educação Inclusiva como condição indispensável à formação do cidadão livre, integrado à sociedade e consciente, partindo do princípio de que a principal característica do ser humano é a pluralidade, a heterogeneidade – e não a uniformidade de cores, comportamentos e ritmos. (SANTOS, 2019, p.2)

Diante da citação acima, podemos identificar o quão se faz importante uma educação pautada nos princípios inclusivos. Afinal, é através deles que o ambiente escolar pode se tornar cada vez mais acolhedor e disseminador de respeito à diversidade humana. Mas o seu debate e implementação ainda é algo recente em nossa sociedade.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, desenvolvida pelo Ministério da Educação, em 2014, a escola historicamente caracterizava-se por uma visão de Educação na qual um grupo era privilegiado enquanto o outro não era levado em consideração devido a políticas e fatores sociais discriminatórios e excludentes.

No período histórico da Educação Inclusiva no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, é possível notar que se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão. Essa época foi caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente: a família, a escola e a sociedade em geral condenavam esse público de uma forma extremamente preconceituosa, de modo a excluí-los do estado social. (VIEIRA, 2014, p.3)

Segundo Minetto (2010, p.46) citado por Costa (2013, p.2), salienta que as pessoas com necessidades especiais eram segregadas no fim do século XVII e no início do século XIX, na qual consideravam a deficiência como uma doença, a partir de tal pensamento, surgiram diversas instituições específicas para pessoas com deficiência e então começou a surgir a educação especial. Já no século XX, apareceu o paradigma da integração para:

(...)defender o direito da criança com deficiência a ser inserida na sociedade e principalmente na rede regular de ensino, porém a mesma com esforço próprio teria que adaptar-se ao ambiente, enquanto as escolas e os sistemas mantinham-se inalterados, não tinham o compromisso em adaptar-se às necessidades destes alunos (MINETTO, 2010 p.46 apud COSTA, 2013, p.2).

De acordo com Amaral et al (2014, p.4), historicamente no Brasil ao final do século XX, no auge de tantos enfrentamentos no âmbito da exclusão social, ocorreu o início às transformações na mentalidade e consciência no contexto da educação que atualmente existe no nosso país desde o período imperial no século XIX. Em meados da década de 1970, ocorreu um regresso na jornada das políticas inclusivas a partir de uma nova legislação. A lei nº 5.692/71 que tem o objetivo de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania, sustentava o tratamento específico para alunos com deficiência, corroborando com a segregação dos alunos em turmas especiais, uma vez que reafirmava a diferenciação dos indivíduos.

Em contrapartida, Amaral et al (2014, p.4) destaca que a lei nº 4.024 de 1961 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) já havia passado a atestar o direito à educação em escolas regulares para as crianças com deficiência ou superdotadas. Então, nessa época foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela educação especial no Brasil.

De acordo com Stainback, 1999 citado por Costa (2013, p.8) surgem nos anos 90

os primeiros movimentos para mudança do paradigma educacional de integração para o da inclusão, o que significa a participação efetiva de todos os alunos na experiência pedagógica socializando-se.

Em 1990 foi criado através da Legislação 8.069/1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com o intuito de proteger o público destinado. No artigo 54, item III, cita que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (ECA, 1990, p.35). No mesmo ano, foi feita a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) com a intenção de formular políticas públicas de inclusão escolar conforme ressalta Amaral et al (2014, p.5).

Segundo Santos (2012, p.4) em 1994 houve outro retrocesso com a criação da Política Nacional de Educação Especial (1994), cujo texto foi considerado exclusivo, uma vez que o documento se tratava de um processo de integração institucional, o que propiciou a manutenção da lógica da divisão dos espaços comuns e especiais.

Conforme apresenta o Ministério da Educação (2014), destaca-se que a Declaração de Salamanca (1994) foi um marco extremamente importante na elaboração de princípios, práticas e políticas para implementação e desenvolvimento de uma Educação Inclusiva nas escolas em âmbito mundial. Pode-se afirmar que é a consequência de uma tendência mundial para trazer definitivamente a Educação Inclusiva a um nível de consolidação, cercada de inovação e proporciona discussões acerca do que realmente é a garantia da inclusão na prática do dia a dia.

(...) É preciso um compromisso político, tanto a nível nacional como comunitário, para obter os recursos adicionais e para reorientar os já existentes. Embora as comunidades tenham de representar um papel chave no desenvolvimento das escolas inclusivas é igualmente essencial o suporte e encorajamento dos governos para se conseguirem soluções eficazes e realistas. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 41)

A Secretaria dos Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e o Ministério da Educação desenvolveram, no ano de 2006, o chamado “Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, cujo objetivo primordial é proteger a inclusão de todas as temáticas relacionadas às deficiências dentro do currículo da Educação Básica.

De acordo com Costa (2013, p.11) o paradigma da inclusão apresenta modificações em nossa sociedade, na qual o sistema deve se adequar às necessidades

educacionais especiais dos estudantes ofertando um atendimento que contemple suas especificidades através da educação de qualidade.

A construção de uma escola inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade bem desenvolvida com mente aberta que acolhe a diversidade humana, aceita as diferenças e valoriza o esforço de cada indivíduo para a equiparação de oportunidades com qualidade na educação e na vida social. (COSTA, 2013, p. 12)

Conforme Santos (2012, p. 9), em 2008, foi elaborada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, com o objetivo de embasar a criação de políticas públicas com os princípios inclusivos.

(..) a política orienta os sistemas de ensino a elaborarem planos de educação em consonância com as diretrizes propostas pelo documento; a priorizarem a inclusão de crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento; a substituírem as classes especiais pelas salas de recurso multifuncionais; a desenvolverem trabalho colaborativo reflexivo entre os professores e demais profissionais da educação; a socializarem experiências educacionais, dentre outras indicações. (SANTOS, 2012, p.12)

Em 2014, através da Lei nº 13.005/2014, foi expedido o Plano Nacional de Educação (PNE), no qual instrui a política educacional brasileira através da criação de 20 metas a serem concretizadas até o ano de 2024. O intuito de tais metas é promover a expansão do acesso à educação de qualidade e inclusiva. Podemos exemplificar a abrangência destas, uma vez que englobam desde o objetivo de alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do terceiro ano do ensino fundamental, até o foco em garantir boas condições para uma gestão democrática da educação, relacionada ao universo escolar, no contexto das escolas públicas e a ampliação dos investimentos públicos na Educação Inclusiva, objetivando o aumento do Produto Interno Bruto - PIB do Brasil, no 5º ano de validade da legislação.

Até a presente data, de acordo com o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (2020) divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Plano Nacional de Educação (PNE) atingiu somente a meta 13 cujo o objetivo era elevar a qualidade da formação de professores do ensino superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores, as demais metas encontram-se

parcialmente cumpridas e outras estagnadas.

Outro marco importante para a Educação Inclusiva ocorreu em 6 de Julho de 2015, com a criação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), através da Legislação nº 13.146, na qual se destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Recentemente, em Setembro de 2020, foi publicado o Decreto Nº 10.502 que trata da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. De acordo com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP), o Decreto fere a Constituição Federal em seu artigo 205, que prevê o direito à matrícula das pessoas com deficiência nas salas comuns do ensino regular, permitindo a volta do ensino regular em escolas especializadas, gerando ainda mais segregação.

A coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença da Unicamp, Maria Teresa Mantoan em entrevista para o site UOL (2020, p.1), afirma: “O decreto é absolutamente inconstitucional e contrário a todas as conquistas que estudantes da educação especial, seus familiares e escolas inclusivas conquistaram até hoje. Qualquer forma de exclusão fere o direito à educação. A escola não pode comparar alunos, a escola deve trabalhar e desenvolver os estudantes segundo a capacidade de cada um. O público-alvo da educação especial é um público que tem que ter assistência em suas necessidades, e a escola deve buscar um ambiente para todas e todos.”

A partir do recorte histórico apresentado é possível verificar que a implementação da Educação Inclusiva é repleta de desafios, em meio a muitos avanços, e alguns retrocessos. Por isso, é de suma importância a constante modificação de políticas públicas e legislações para garantir a efetivação de tais práticas no meio educacional e social. A evolução da Educação Inclusiva deve ser considerada uma luta diária por todos, afinal, como dito anteriormente, seu objetivo é a equidade.

No contexto atual, a sociedade foi surpreendida com uma situação que jamais era imaginada: a pandemia da COVID-19. Este é um momento histórico que, sem dúvidas, daqui décadas estará presente nos livros didáticos de História, Biologia, e até mesmo nos estudos Sociopolíticos. A partir do cenário caótico, toda a sociedade precisou se adaptar às recomendações e medidas instituídas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a propagação da doença. Destaca-se na lista de medidas preventivas o isolamento social e o fechamento das atividades e comércio não essenciais, incluindo as escolas e universidades. Logo, foi necessário que o campo pedagógico pensasse em uma nova

forma de prosseguir com as aulas, e a solução foi recorrer ao ensino remoto.

Segundo Mendes (2020, p.17) quando as aulas presenciais foram interrompidas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização econômica intergovernamental com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social de seus países membros, recomendou que a educação não fosse interrompida, mas para isso houve a necessidade de providenciar algumas medidas como, por exemplo, o estabelecimento de uma comunicação efetiva entre os pais dos alunos e as instituições, além de detectar maneiras para promover o ensino remoto ou pensar em estratégias de entrega dos conteúdos. Ou seja, diversos meios de comunicação foram cogitados, desde a televisão até a rádio, mas a decisão pelo ensino remoto através da *internet* foi a escolhida devido à sua suposta facilidade de acesso.

A grande questão do novo cenário da educação é que, apesar de o senso comum acreditar no mundo *online* como aproximador e facilitador de ensino, a realidade brasileira é outra. A situação de desigualdade social no país atinge níveis alarmantes há anos e, conseqüentemente, muitas famílias vivem de maneira vulnerável, desde as classes populares até a classe média, com estudantes de escolas particulares. Isso acontece porque em situações mais carentes, um computador em casa é praticamente inexistente.

(...) a luta pela inclusão que havia sido travada a bastante tempo pelo direito de acesso e permanência em um ensino igualitário na escola regular, dá uma pausa, no mesmo momento em que se inicia uma nova luta pelos direitos dos alunos com deficiência vivenciar a Educação Inclusiva nesse novo formato de ensino.” (CAVALCANTE, et al. JIMENEZ, 2020, p. 4)

Segundo os Protocolos sobre Educação Inclusiva durante a Pandemia da Covid-19 (2020), desenvolvidos no início da pandemia pelo Instituto Rodrigo Mendes, salienta a importância da mobilização dos governos para a liberação de recursos humanos e financeiros para garantir o acesso à educação para todos. Além disso, foi necessário:

(...) Formar parcerias entre os principais interessados que possam apoiar o processo de mudança é, portanto, essencial. Essas partes interessadas incluem: pais / cuidadores; professores e outros profissionais da educação; formadores de professores e pesquisadores; gestores nacionais, locais e escolares; gestores políticos e prestadores de serviços em outros setores (por exemplo, saúde, proteção infantil e assistência social); grupos cívicos na comunidade; e membros de grupos minoritários que correm risco de exclusão. (MENDES, 2020, p. 21)

Segundo Cavalcante et al (2020, p.4) o Ministério da Educação (MEC) chegou a reiterar em um relatório que não houve “nenhuma medida” até junho de 2020 para viabilizar a Educação Inclusiva na pandemia. A conclusão da lacuna deixada no âmbito da inclusão é uma confirmação da existência de uma desigualdade que permeia a vida das pessoas com algum tipo de deficiência mesmo após anos de conquistas jurídicas oficiais no Brasil. Em contrapartida, somente em Novembro de 2020 o MEC realizou um parecer com orientações educacionais com a perspectiva da Educação Inclusiva durante o isolamento social. A questão levantada é se realmente está sendo praticada em todas as escolas, levando em consideração os empecilhos impostos pelo ambiente escolar remoto.

De acordo com o Art. 4º da LBI “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”. Infelizmente, esse é um cenário que permite dupla interpretação: a compreensão da ineficácia de avanços de medidas devido à novidade e ao momento delicado que ocorre para toda a população mundial; e a insatisfação junto ao despreparo dos governantes com as políticas públicas que fez com que não apenas o sistema de saúde entrasse em colapso, mas também o educacional, que entrou em processo de desabamento desde o início da pandemia.

Conforme Cavalcante et al (2020, p.7) à mudança repentina de hábitos devido ao surgimento da pandemia, as escolas, alunos e familiares não tiveram tempo suficiente para se adaptar ao novo modelo de ensino, o mesmo aconteceu em relação às práticas para efetivação da Educação Inclusiva e a falta de políticas públicas. A partir de tal situação, as principais consequências da pandemia aos estudantes levando em consideração a Educação Inclusiva vão desde a defasagem do ensino até a evasão escolar devido à falta de acesso. Resultando em possíveis atrasos de desenvolvimento, aprendizagem e socialização, exacerbando ainda mais as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade.

4. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A partir do cenário da pandemia e a necessidade em realizar o isolamento social, como forma de conter a transmissão da Covid-19, o meio encontrado pelas instituições de ensino foi a adoção do ensino remoto. A Secretaria de Educação de Divinópolis (2020, p.6) salienta que para reduzir os impactos da pandemia na vida dos estudantes, é necessário levar o ensino de forma adequada. Prezando pelo desenvolvimento de métodos para alcançá-los em suas singularidades, através do apoio às famílias. De acordo com a Nota Informativa N°2.1 da UNESCO (2020) é fundamental que o sistema educacional:

Garanta a equidade e a inclusão – implemente medidas para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a programas de ensino a distância, bem como para assegurar o acesso inclusivo a oportunidades de ensino a distância para todos os estudantes sem causar impactos negativos sobre os grupos mais vulneráveis. (UNESCO, 2020, p.5)

A Nota Informativa do Setor de Educação da UNESCO (2020) tem como objetivo apresentar possíveis estratégias para implementar no meio educacional frente a tempos de isolamento social. As principais práticas citadas no documento são: Ajuste do currículo escolar; Capacitar professores para realizar um planejamento pedagógico com metodologias voltadas para o ambiente virtual e meios efetivos de comunicação entre professores e toda comunidade escolar; Adaptar as avaliações formativas, para acompanhamento do desenvolvimento de cada estudante; Estimular o uso de plataformas digitais para o ensino remoto; Suporte às comunidades carentes (estudantes de baixa renda, sem acesso aos meios digitais e pessoas com deficiência).

Segundo Micas e Correa, especialistas em Educação Inclusiva do Projeto DIVERSA do Instituto Rodrigo Mendes (IRM) em entrevista escrita cedida a Castro do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), (2020): “No Brasil, no que se refere à Educação Inclusiva, a rede pública de ensino pode ser considerada mais inclusiva que a rede privada, por abarcar maior diversidade social e racial e ter o maior número de alunos com deficiência. Contudo, após o início da pandemia, iniciativas educacionais da rede privada acabam por se destacar com recursos materiais assegurados e rapidez no estabelecimento de novas diretrizes e estratégias.”

Na mesma entrevista relatada acima, Micas e Correa (2020) citam como exemplo: “um colégio da rede privada de ensino em São Paulo que realizou a criação de um núcleo de inclusão com o objetivo de fomentar estratégias e práticas para a educação

inclusiva no ambiente remoto. Já na rede pública, Micas e Correa (2020) ressaltam como as Secretarias Municipais de Educação de São Paulo (SME - SP), em uma escola do interior, adotaram como estratégia a criação de planos de ensino remoto, que ficaram disponíveis nos canais sociais e o envio de materiais e instruções as famílias através de grupos no aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Frente às dificuldades sociais encontradas para acesso ao conteúdo de modo *online* e digital, foi realizada a disponibilização dos materiais impressos para que os pais pudessem buscar na escola e levar para os filhos realizarem em domicílio. Outra alternativa adotada nas escolas da capital de São Paulo, foi a criação de um meio de diálogo com os professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com toda a área de gestão e demais profissionais da educação e com os familiares dos estudantes, com o objetivo de levantar todas as dificuldades existentes nos meios digitais para embasamento na criação de estratégias para garantir o acesso ao ensino a todos os discentes.”

Em uma pesquisa produzida pela Fundação Carlos Chagas (2020) em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal do ABC (UFABC), foi realizado o levantamento de dados através de um questionário com docentes da educação básica que atuam com estudantes com deficiência no ano de 2020. No que se diz respeito às estratégias para o ensino remoto:

Do total de respondentes, 7,3% relataram que, até julho de 2020, a rede/escola ainda não havia se organizado para o ensino remoto. Para os 92,7% que informaram estar realizando atividades não presenciais, as estratégias mais utilizadas, tanto na classe comum quanto no AEE - Atendimento Educacional Especializado e serviços especializados, foram: “material impresso”; seguido de “aulas gravadas pelo professor” e “aulas ao vivo” (online). (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p.4)

No que se refere a acessibilidade durante as aulas remotas:

(...) mais de 40% dos respondentes indicaram a opção “não se aplica”, possivelmente por não haver aulas on-line, gravadas, via rádio ou TV, ou quando a aluna ou o aluno não precisa desses recursos indicados. Mais de 20% das professoras do AEE - Atendimento Educacional Especializado e serviços especializados indicaram que não foram providenciados os recursos de acessibilidade para esses tipos de aulas; e, na classe comum, esse percentual se aproxima de 30%. (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p.5)

A partir dos dados expostos acima, é possível verificar como as escolas regulares, assim como toda nossa sociedade, foram surpreendidas com a mudança

repentina em sua rotina habitual. Devido a isso, tornou-se necessário adaptar todas as suas tarefas para o contexto *online* e/ou a distância. Entretanto, a exigência de dar a continuidade breve das atividades para manter o calendário escolar planejado, acarretou algumas dificuldades como, por exemplo, a falta de tempo para planejamento e capacitação dos professores e de toda comunidade escolar na criação de estratégias adequadas para o ensino remoto, falta de aparelhos eletrônicos como celular e computadores e acesso à *internet* por parte dos alunos e professores. E, com isso, os estudantes com deficiência ficaram à margem no que diz respeito à sua acessibilidade nas aulas remotas, uma vez que é necessário recursos que viabilizem o seu acesso para que possam ter condições de acompanhar as aulas em conjunto com os demais estudantes.

(...) No Brasil, o acesso à internet é ponto nevrálgico para o auxílio a muitos estudantes, incluindo aqueles com deficiências, considerados “presumidamente vulneráveis”. Deve-se considerar ainda que para a citada acessibilidade, há necessidade de suporte para difusão dos dados educacionais, de uso adequado de processos e de metodologias, além dos equipamentos que nem sempre estão disponíveis aos alunos, por se encontrarem em sociedade que padece de reconhecido desaparelhamento tecnológico, sobretudo como omissão aos mais carentes. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020, p. 7)

Em novembro de 2020, foi criado um parecer pelo Ministério da Educação (2020) com orientações educacionais para atendimento ao público da Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19, o qual ressalta a importância de manter o ensino junto com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). As principais diretrizes trazidas pelo parecer consistem em: manter o trabalho em conjunto dos profissionais da educação regular com os de educação especial, prezando pelo ambiente inclusivo e adaptação dos conteúdos para o ambiente remoto através da elaboração do Plano de Ensino Individual (PEI), considerando as particularidades de cada aluno; garantir o acesso de pessoas com deficiência as atividades não presenciais, atentando-se às condições de acesso às tecnologias e diálogo constante com a família, para que possam traçar estratégias pedagógicas para aprendizagem significativa de cada estudante; estabelecer ferramentas de comunicação entre escola/aluno/família; garantia da acessibilidade como Língua Brasileira de Sinais (Libras), Legendas, Audiodescrição) entre demais recursos para cada estudante.

Segundo, Abreu (2020, p. 157) para efetivar a Educação Inclusiva durante o período de pandemia é necessário a adoção de materiais através do apoio tecnológico, por meio de dispositivos eletrônicos como computadores, *tablets* e celulares e o acesso à

internet, com o objetivo de proporcionar a interação e o acesso a atividades em ambiente digital.

De acordo com Chakchouk (2020, p.19) o uso das tecnologias digitais em nossa sociedade oferece uma gama de possibilidades para a concepção de uma sociedade do conhecimento inclusivo e de alcance ao objetivo do desenvolvimento sustentável. As tecnologias demonstram uma alternativa para acesso à informação, para que todos possam participar de forma ativa do desenvolvimento econômico e social tornando-se empoderadas. Porém, podemos verificar que ainda há muitos desafios a serem alcançados quando se trata da acessibilidade dessas tecnologias, principalmente as comunidades marginalizadas e pessoas com deficiência.

(...) Elas continuam excluídas das sociedades do conhecimento, pois ainda estão off-line, não têm acesso a tecnologias adequadas ou não conseguem se beneficiar plenamente destas, devido a barreiras de acessibilidade. Tais obstáculos agravam outros desafios relativos ao acesso à informação, à educação e à cultura. (CHAKCHOUK, 2020, p. 19)

Além dos desafios levantados acima, no que se refere ao uso das tecnologias, devem ser consideradas as questões da efetivação da educação de qualidade e a personalização do modo de ensino adaptando para cada aluno no ambiente virtual. Abreu (2020, p.157) relata a sua vivência como professora da Rede Municipal de Niterói e Estadual de Educação do Rio de Janeiro, em uma escola, a autora analisou a atuação de uma profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), que prezou pelo acompanhamento dos alunos com deficiência de perto, criando um vínculo com os estudantes e as famílias, orientando-os no acesso à plataforma na qual as atividades são postadas, bem como propostas para adequação do currículo educacional com foco nas necessidades de cada aluno.

Segundo a vivência de Abreu (2020, p. 162) como educadora na sala de recursos, ela diz sobre a dificuldade que os alunos estão encontrando para acessar a plataforma fornecida pela Secretaria de Educação do Rio de Janeiro na qual são postadas todas as atividades e conteúdo, devido à falta de acesso à *internet* e a equipamentos eletrônicos, a partir de tal situação a escola na qual atua está tomando as seguintes medidas: manter o contato com os alunos e família através do contato telefônico; criação de grupos no *WhatsApp* para incentivo da comunicação e interação entre alunos e para envio das atividades para alunos que não possuem acesso à plataforma; organização e planejamento

de atividades adaptadas; contato constante com a equipe escolar direção e coordenação pedagógica como forma de atender melhor às necessidades de cada aluno propondo melhorias e sempre se colocando à disposição para contato para os alunos como forma de apoio.

De acordo com a experiência de Pase (2020, p. 2), auxiliar de Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul, ressalta que o principal aspecto priorizado no momento de pandemia foi a comunicação para garantir as mudanças necessárias. Com isso, foram priorizados o uso de mídias sociais e ferramentas de comunicação digitais para que todos pudessem organizar, opinar e desenvolver alternativas para o planejamento pedagógico. A elaboração das atividades é feita em conjunto com os profissionais da Educação, como forma de realizar atividades cada vez mais apropriadas para cada particularidade de cada discente. Além disso, outra ação praticada para manter a Educação Inclusiva foi a realização do planejamento semanal, através da adaptação do currículo do ano em que a criança está inserida, e a escuta atenta dos professores para identificar as dificuldades e potencialidades de cada estudante, corroborando assim com um ensino efetivo de todos.

Conforme Pase (2020, p. 4) a participação efetiva dos familiares na vida escolar, principalmente dado o momento que estamos vivendo, é essencial para o progresso de cada estudante. E não menos importante, ter em consideração os aspectos psicológicos de cada aluno, enfatizando o interesse em seu aprendizado e desenvolvimento, o incentivando e motivando. E, a partir disso, ela conclui dizendo que todas as práticas educacionais estão em constante evolução, e evidencia o papel do educador em sempre se reinventar em sua profissão com o compromisso de ensinar.

Em suma, podemos dizer que, apesar das facilidades que o ambiente virtual nos proporciona, nesse cenário no qual estamos vivenciando a pandemia da Covid-19, fica evidente que seu acesso não é democrático. E, devido às desigualdades sociais existentes em nosso país, este acaba sendo um dos maiores empecilhos para os estudantes marginalizados no acesso à educação no ensino remoto. Seguido da falta de acessibilidade de tais tecnologias e da dificuldade das famílias que por algum motivo não conseguem dar apoio aos estudantes em sua jornada de aprendizagem, na qual se faz essencial dado o momento que estamos passando. Podemos identificar também que mesmo com as orientações feitas por órgãos internacionais e nacionais de educação sobre medidas a serem adotadas no ensino não presencial, as escolas se organizaram e elaboraram medidas autônomas e práticas pedagógicas para efetivar a Educação Inclusiva dentro de suas

escolas. Portanto, ainda se faz necessário analisar o contexto das políticas públicas de educação existentes como forma de ampliar o acesso às pessoas carentes e com deficiência e levar a educação de qualidade para todos.

5. CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Para compreender a colaboração da Psicologia para o meio educacional inclusivo no cenário da pandemia, é necessário inicialmente contextualizar os papéis da Psicologia na educação como um todo. De acordo com Lemônaco (1999, p. 3) é fundamental ressaltar que a Psicologia desempenha uma grande influência no meio, mas historicamente os psicólogos não possuíam atuação direta dentro das escolas.

(...) os três psicólogos cujo trabalho produziu o maior impacto nas escolas, quais sejam Thorndike, Skinner e Piaget, não realizaram pesquisas em salas de aulas, preferindo desenvolver conhecimento no laboratório ou através da observação natural. O conhecimento desenvolvido por Thorndike levou à elaboração de livros-texto e dicionários escolares, à modificação de trabalhos literários de modo a torná-los legíveis para as crianças e ao planejamento de procedimentos para o ensino de aritmética e álgebra. A partir do trabalho de Skinner, muitas aplicações foram derivadas: instrução programada, sistema personalizado de instrução, técnicas de modelagem de respostas adequadas, exclusão da punição no processo de ensino, sistema de vales, etc. (...) Piaget em sala de aula: elaboração de programas para o ensino de ciências e matemática, a utilização dos jogos no contexto escolar. (LEMÔNACO, 1999, p. 3)

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 9), a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Brasil estabeleceu a educação como direito universal e básico. A partir disso, foi perceptível algumas melhorias no âmbito educacional no sentido do acesso, mas vale destacar que em relação à qualidade de ensino, a evolução foi acontecendo de maneira sutil, devido às influências sociais, políticas e econômicas.

De acordo com Guzzo et al (2006) citado pelo Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 25), ao longo dos anos, a cena da educação brasileira foi explicitando uma realidade social repleta de problemas e desigualdades com indicadores que mostram a exclusão de crianças e jovens em todos os níveis de ensino, principalmente na rede pública. Evidencia-se também situações de famílias e corpo docente sofrendo os efeitos de políticas baseadas simplesmente em assistencialismo e repletas de demagogia.

Além disso, outro problema existente é que muitas crianças e adolescentes com dificuldade de aprendizado acabam experimentando um sentimento de frustração na rotina frequentando a escola, e juntamente a isso vale lembrar que a classe dos professores enfrenta a desvalorização de sua profissão com péssimas condições de trabalho, atuando

em um cenário precário gerando desgastes físicos e psicológicos.

Com isso, existe a demanda da atuação da Psicologia dentro das instituições de ensino para auxiliar não apenas na relação professor-aluno, mas também com contribuições para melhorias no ambiente escolar e na luta pela implementação de políticas públicas educacionais. O Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 9) salienta que em relação a educação:

(...) almejamos a efetivação da prática democrática, o investimento de recursos orçamentários que garanta a qualidade da escola pública, a garantia dos direitos fundamentais de estudantes e profissionais da educação, o respeito ao processo de aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças, adolescentes e jovens, incluindo aquelas(es) que necessitam de atendimento educacional especializado, estudantes indígenas e de comunidades tradicionais, bem como aquelas(es) que cumprem medidas socioeducativas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 26)

A partir da necessidade da atividade dos psicólogos nas escolas, e na relação entre Psicologia e educação, surgiu um novo ramo de atuação: a Psicologia escolar e educacional. A especialidade está regulamentada pela resolução número 013/2007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), no artigo 3º número I - Psicologia Escolar/Educacional, e sua atuação está em todos os âmbitos da esfera educacional, desde os processos administrativos a ações específicas com docentes e discentes. Prezando sempre pelo trabalho interdisciplinar e em equipe, respeitando os demais profissionais da área da educação. As principais atividades desenvolvidas pelo psicólogo dentro da Psicologia Escolar/Educacional são:

“(...) a) aplicar conhecimentos psicológicos na escola, concernentes ao processo ensino aprendizagem, em análises e intervenções psicopedagógicas; referentes ao desenvolvimento humano, às relações interpessoais e à integração família-comunidade-escola, para promover o desenvolvimento integral do ser; b) analisar as relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino para auxiliar na elaboração de procedimentos educacionais capazes de atender às necessidades individuais; c) prestar serviços diretos e indiretos aos agentes educacionais, como profissional autônomo, orientando programas de apoio administrativo e educacional; d) desenvolver estudos e analisar as relações homem-ambiente físico, material, social e cultural quanto ao processo ensino-aprendizagem e produtividade educacional; e) desenvolver programas visando a qualidade de vida e cuidados indispensáveis às atividades acadêmicas; f) implementar programas para desenvolver habilidades básicas para aquisição de conhecimento e o desenvolvimento humano (...) (RESOLUÇÃO CFP N.º 13/2007, p.18)

O compromisso da Psicologia no campo da educação e nas demais áreas, deve

ser pautado no Código de Ética do Psicólogo e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, vale ressaltar que a Psicologia possui colaboração na superação de análises individuais, para traçar reflexões sobre a complexidade das relações sociais que influenciam nos processos de aprendizagem. Portanto, conclui-se que o principal compromisso dos psicólogos se baseia em uma educação democrática e que valorize a diversidade humana (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p.8).

(...) o que possibilita a(o) psicóloga(o) estar no cotidiano de uma escola para trabalhar com os educadores não é a quantidade de respostas bem sucedidas que ela(ele) tem para resolver problemas, mas sim o que pode contribuir para manter em exercício redes de atenção à vida, redes que foquem as potencialidades dos indivíduos, nas ações de acompanhamento do desenvolvimento de cada criança singular e das ações preventivas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p.35)

De acordo com Ramos et al (2016, p.1) em relação a Educação Inclusiva, a Psicologia possui um papel fundamental, com o suporte às famílias, aos profissionais presentes no meio escolar e aos estudantes. E seu olhar perante os discentes, principalmente aqueles que possuem algum tipo de limitação, dificuldade ou deficiência deve ser amplo, considerando que cada um é um ser biopsicossocial e que possui potencialidades a serem valorizadas e desenvolvidas. E o seu trabalho deve ser de caráter terapêutico voltado para a promoção de uma educação de qualidade que faça sentido para cada educando.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2019, p. 50) o psicólogo deve trabalhar com foco no grupo, levantando discussão de temáticas como exclusão e preconceito para colaborar com a inclusão de estudantes com e sem deficiência. O profissional da Psicologia pode contribuir para efetivação da Educação Inclusiva a partir de ações como:

(...) acompanhamento de estudantes visando a inclusão e permanência com qualidade de todos e todas no contexto escolar; participação na articulação de serviços para o atendimento do estudante com deficiência, na busca da garantia de seu direito à educação, a saúde e a assistência social; mobilização de encontros e participação em reuniões com docentes e outros profissionais, visando a auxiliar a equipe de docentes da escola na construção do planejamento educacional para a(o) estudante com deficiência; reflexão e adequação do processo de avaliação psicopedagógica; inserção de discussão e possibilidades de atuação nos Projetos Políticos Pedagógicos, contribuindo com a construção do plano da escola e desenvolvendo programas e outras situações para promover a apropriação do conhecimento por todos alunos. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 50)

Partindo para o contexto atual, o mundo enfrenta a pandemia do Covid-19, todos os problemas já existentes na sociedade brasileira passaram a ficar ainda mais evidentes, desde o âmbito político até as desigualdades sociais. E com a rápida disseminação do vírus foi necessária uma movimentação multidisciplinar para que fosse possível continuar vivendo sem que houvesse um colapso generalizado nas gestões político-sociais (NEGREIROS et al, 2021, p.68).

Uma das áreas que mais foi afetada na sociedade com a pandemia, foi a esfera educacional, pois logo em meados de março de 2020, com o anúncio da gravidade da situação emitido pela OMS, conforme citado anteriormente, foi necessário o fechamento dos comércios não-essenciais e de escolas. A ideia inicial era evitar o funcionamento de locais de possíveis aglomerações, e a partir disso, houve a alteração das aulas presenciais para as plataformas digitais. Por fim, vale a pena lembrar que segundo Santos (2020) citado por Negreiros et al (2021, p. 68), a pandemia tem ensinado as pessoas como um todo a perceber de maneira cada vez mais explícita, o abismo histórico entre as classes mais ricas e as classes mais desfavorecidas economicamente.

De acordo com Conselho Regional de Psicologia de Alagoas (2020, p. 36) com base na atualidade da pandemia do Covid-19, a Educação Inclusiva que já se deparava com diversos obstáculos em sua efetivação no meio escolar, encontra-se frente a um novo desafio que historicamente é uma novidade e que reivindica inovação. A partir de tal situação, é possível refletir sobre as principais práticas do psicólogo para superação dessas dificuldades. Além disso, evidencia-se ainda mais a importância de uma presença ativa do psicólogo no ambiente escolar, uma vez que uma de suas ações está relacionada ao acolhimento dos professores, estudantes e seus familiares, e também da gestão escolar com foco na superação dos desafios proporcionados por tal momento.

A Psicologia, enquanto campo teórico e prático, inserida nos espaços educacionais, articulada com outros campos de saber, como a Enfermagem, a Pedagogia, a Assistência estudantil e com os próprios estudantes, pode contribuir com o desenvolvimento de um trabalho que considere diferentes olhares para as situações vivenciadas, com a finalidade de reduzir ou até evitar as repercussões psicossociais advindas da pandemia. (NEGREIROS ET AL, 2021, p. 364)

Diante da necessidade de adaptação da atuação dos psicólogos educacionais em um novo contexto, foram criados documentos para orientação dos mesmos. Portanto, para que fique clara a forma de desempenhar a profissão, ressaltam-se abaixo algumas orientações e sugestões importantes da Cartilha de Psicologia Escolar em Tempos de

Crise Sanitária na Pandemia Covid-19 (2020), elaborada pelo Conselho Regional de Psicologia do Alagoas (CRP-AL) e do documento elaborado pelo Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), denominado Orientações para Psicólogos(os) Escolares e Educacionais no contexto da pandemia (2020), para embasamento da prática dos psicólogos no meio escolar para promoção da Educação Inclusiva:

- a) Promover o espaço de reflexão com a equipe pedagógica e gestores escolares: pautando em conjunto com os docentes modos de trabalhados os conteúdos com qualidade e efetividade, contribuir para adaptação do currículo escolar e trabalhar na promoção de conscientização sobre as medidas preventivas contra a Covid-19 durante as aulas, bem como proporcionar aos alunos um momento para falar sobre o impacto de tal momento em sua vida.
- b) Incentivar o contato com estudantes e familiares na intenção de estreitar laços em prol da melhor comunicação e convivência: é fundamental ressaltar que a comunicação é muito importante para compreender o contexto que está cada estudantes, podendo ser identificado junto aos familiares e discentes os principais desafios enfrentados e se colocando à disposição para ajudá-lo com o que for possível.
- c) Proporcionar a reflexão juntamente aos estudantes, às famílias e a equipe pedagógica: acerca das alternativas de haver uma conciliação entre as atividades da rotina pessoal/familiar e os estudos, atuando como mediador. Levando a reflexão da equipe pedagógica a à adaptação de todas as atividades ao contexto de cada aluno, e com os familiares fomentar a importância de encorajar seus filhos a fazer as tarefas propostas com seriedade, para que possam contribuir para o desenvolvimento de responsabilidade e autonomia.
- d) Refletir a respeito da boa utilização da tecnologia, seus recursos e acessibilidade (libras, legendas e braile): uma vez que tudo isso deve ser ponderado de maneira que não haja nenhum tipo de exclusão e que o ambiente tecnológico não seja considerado prioridade no processo de aprendizagem. E, como exemplo, o profissional pode contribuir de forma a combinar com a família do estudante formas alternativas para acesso às atividades, como combinando uma data e horário para que o estudante ou responsável possa ir pessoalmente na escolar, com todos os cuidados contra a contaminação pela Covid-19, para que pegue as atividades de forma presencial, seja por livros e/ou materiais impressos, com o foco de ampliar o acesso à Educação para todos.

- e) Contribuir para uma atenção personalizada com os estudantes que apresentam algum tipo de exigência para tal: (transtornos específicos e pessoas com deficiência, seja auditiva, física, visual, intelectual ou múltiplas) na perspectiva da Educação Inclusiva, em diálogo com a equipe pedagógica e familiares propor formas efetivas de desenvolver as habilidades em cada estudante. Realizando atividades pautadas na individualidade de cada um, corroborando assim com o rompimento de barreiras no processo de aprendizagem.
- f) Fomentar rodas de conversa em ambientes virtuais com foco em oferecer acolhimento e transmitir conhecimento: acerca de temáticas pertinentes a toda comunidade escolar estimulando processos de cooperação e fortalecimentos de redes como por exemplo, o debate sobre preconceito, racismo, direitos humanos, promoção da saúde em tempos de pandemia.
- g) Favorecer o diálogo nas informações a respeito das formas de prevenção a Covid-19: divulgar conteúdos sobre a prevenção contra a Covid-19 com embasamento em órgãos oficiais de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou Ministério da Saúde (MS) tanto no ambiente interno da escola, como para toda comunidade. Ressaltando com os professores a importância de educar e fomentar a implementação das medidas de segurança contra o contágio do vírus da Covid-19 com familiares e estudantes.
- h) Reivindicar políticas públicas que favoreçam todo o âmbito educacional na perspectiva da Educação Inclusiva, bem como as demais áreas relacionadas: com o foco de fomentar o exercício da cidadania e também levar seus conhecimentos acerca de políticas públicas que podem beneficiar o acesso a benefícios às comunidades carentes.
- i) Garantir a visibilidade das pessoas com deficiência e demais minorias: objetivando uma crescente de representatividades, além da luta contra qualquer tipo de preconceito, tais ações podem ser feitas através de rodas de conversas e debates com o foco na conscientização de toda comunidade escolar.
- j) Analisar os aspectos comportamentais e psicodinâmicos: considerando o cenário de pandemia a fim de evitar processos medicamentosos desnecessários, como por exemplo, se colocar à disposição de estudantes a fim de escutar seus principais desafios e orientá-los sobre as possíveis medidas a serem adotados frente a cada um deles, caso seja necessário, indicar o profissional competente que pode auxiliá-lo.

- k) Articular em meio à gestão escolar sobre a adaptação curricular: considerando as individualidades (cognitivas, sensoriais e físicas), embasado pelo princípio do desenho universal (estratégias, materiais flexíveis e técnicas) que abarque todos os ritmos de aprendizagem de todos os estudantes com e sem deficiência.
- l) Oferecer suporte emocional aos estudantes, familiares e toda comunidade escolar, principalmente aos que apresentam vulnerabilidades: como fragilidade emocional ocasionada pelo momento que estamos vivendo frente os desafios individuais enfrentados, as dificuldades de aprendizagem devido à falta de estrutura ou a processos psicológicos que estão barrando o seu desenvolvimento e a falta de conhecimento sobre a rede de apoio de saúde mental.

A partir das contribuições citadas, é possível verificar como o papel do psicólogo em ser mediador entre os interesses das instituições de ensino e dos estudantes e seus familiares em prol de uma relação que promova os interesses de ambas as partes, se faz essencial. Principalmente dado o momento atual, a ferramenta para superação das dificuldades de todos é a comunicação constante. Assim como pode-se notar que está nos princípios da Psicologia prezar sempre por uma Educação Inclusiva, digna e de qualidade para todos, independentemente de qualquer estereótipo. Além disso, é necessário salientar a importância do cumprimento de todas as medidas de segurança de acordo com a OMS para combater a transmissão do vírus da Covid-19, como exercício do psicólogo, fomentando além do ambiente escolar, mas na sociedade. Por fim, é considerado bastante relevante promover a divulgação dos demais serviços psicológicos, em caso necessário, como a psicoterapia como instrumento de promoção da saúde mental em tempos caóticos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi composto, basicamente, por três desafios: estudar e entender as possíveis consequências da pandemia para a inclusão escolar, apresentar os modelos utilizados para a Educação Inclusiva no cenário da pandemia do Coronavírus e identificar as contribuições da Psicologia para a Educação Inclusiva em meio ao cenário pandêmico. Cada um destes merece uma consideração especial devido aos obstáculos encontrados ao longo do processo de desenvolvimento do trabalho.

O objeto de estudo em questão, ou seja, os impactos da desigualdade social na Educação Inclusiva na pandemia, foi um problema desde o início, uma vez que abordar a desigualdade social juntamente com o contexto da educação exige muita sensibilidade e pesquisa, acima de tudo. Apesar das diversas referências bibliográficas utilizadas neste, acredita-se que o grande diferencial está na coragem em desbravar um tema tão atual e que ainda não teve um fim, ou seja, a pandemia do Covid-19. Afinal, o fato de ser um tema novo, há uma certa dificuldade em obter artigos científicos que abordam este contexto.

No início da pandemia do Covid-19, com o fechamento do comércio não-essencial e das escolas, as instituições de ensino de todo o mundo tiveram que se adaptar para dar continuidade ao calendário escolar através da utilização das tecnologias digitais, com o ensino remoto. O problema foi que a implementação deste método trouxe um grande dilema para a educação, que está relacionada com a insuficiência desse modelo de ensino para grande parte da população brasileira, uma vez que vivemos em um país cujo índice de desigualdade social é discrepante. Por consequência, a população mais vulnerável que anteriormente já se deparava com diversas dificuldades em seu contexto social, com a pandemia e a adoção do novo modelo de ensino através das tecnologias, tornou-se ainda mais agravante do ponto de vista dos impasses diários para o estudo.

A partir das pesquisas realizadas, pode-se identificar que as principais medidas para efetivar a Educação Inclusiva no meio virtual de aprendizagem, vieram do engajamento dos profissionais inseridos nesse contexto, ou seja, direção escolar e equipe pedagógica, que a partir do diálogo com as famílias e estudantes desenvolveram metodologias de ensino pautadas na inclusão de todos. Já no que diz respeito às políticas públicas, pouco foi feito até então para incentivar o acesso à educação para todos, principalmente aos mais vulneráveis economicamente, fazendo-se necessário uma análise

das políticas públicas educacionais existentes.

Vale lembrar que o fardo material acadêmico jamais será capaz de suprir a enorme carga emocional e de experiências de vida de todos os envolvidos que vêm sendo afetados em seu contexto escolar e socioeconômico em meio a tantas adversidades. Pode-se afirmar que atualmente, quem luta por uma educação de qualidade para todos, é sinônimo de resistência. Nos bastidores do desenvolvimento do trabalho, houve relatos de pessoas próximas e que são vítimas de uma realidade cruel em termos educacionais, mas que com o auxílio de psicólogos atuantes nas escolas, têm melhorado a situação dentro de casa.

Vestir a camisa da empatia para compreender aos olhos do próximo e tudo que envolve os obstáculos da Educação Inclusiva no cenário da pandemia foi essencial para delimitar o trabalho de forma eficaz. Cada vez mais conclui-se que a atuação do psicólogo é fundamental na sociedade, como o apoio ao cuidado da saúde mental, e principalmente nas escolas, assumindo o papel de promover e incentivar a escuta e o diálogo nas relações. Portanto, é evidente como as contribuições do psicólogo são importantes para que seja possível continuar no enfrentamento dos obstáculos no contexto educacional frente às desigualdades sociais que foram explicitadas com a adoção do ensino remoto durante a pandemia do Covid-19.

7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Bianca de Macedo. **Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia.** Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v.13, n. 1, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23705>. Acesso em 06 de Mar de 2021.

ACUNA, José Tadeu. **Perspectivas de professores sobre o suporte do psicólogo escolar ao processo de inclusão educacional.** Revista de Psicologia da UNESP - 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442020000100006. Acesso em 09 de Mar de 2021.

AMARAL, Marciliana Baptista; BARBOSA, Rita Petronilho; JESUS, Sônia Cupertino de; PENNA, Guilherme Aparecido; TALMAS, Elismara Vaz. **Breve Histórico da Educação Inclusiva e algumas Políticas de Inclusão: Um olhar para as escolas em Juiz de Fora.** Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>. Acesso em 24 de Mar de 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA. **Cartilha da Inclusão Escolar - Inclusão Baseada em Evidências Científicas.** 2014. Disponível em: https://www.abpp.com.br/cartilha_da_inclusao_escolar_para_sites.pdf. Acesso em: 24 de Mar de 2021.

BRASIL, Câmara dos Deputados. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, p. 43, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 05 de Abr de 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/6975249/Relat%C3%B3rio+do+3%C2%BA+Ciclo+de+Monitoramento+das+Metas+do+Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o/4259eed4-ce87-46c7-b5bb-a9e09dee5abb?version=1.0>. Acesso em 07 de Mar de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 01 de Abr de 2021.

CAVALCANTE, Marta Suely Alves. JIMÉNEZ, Luis Ortiz. **Educação Inclusiva em Tempos de Pandemia.** Maceio/AL - 2020 Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68437>. Acesso em 09 de Mar de 2021.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019.**

Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>. Acesso em 10 de Out de 2020.

CHAKCHOUK, Moez; ULLMANN, Heidi; SASSAKI, Romeu et al. **Acessibilidade e tecnologias: um panorama sobre acesso e uso de Tecnologias de Informação e Comunicação por pessoas com deficiência no Brasil e na América Latina**. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. São Paulo - 2020. Disponível em: <https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/7/20200528104403/estudos-setoriais-acessibilidade-e-tecnologias.pdf>. Acesso em 18 de Out de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Diálogos Psicologia e Educação**. Ano 15. Nº11. Brasília/DF - Agosto de 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/BR84_CFP-Dialogos-Ed11_WEB.pdf. Acesso em: 09 de Mar de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicólogos(os) e Assistentes Sociais na Rede Pública de Educação Básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019**. Brasília, 2020. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/MANUAL_FINAL_Orientac%CC%A7o%CC%83es-para-regulac%CC%A7a%CC%83o-da-Lei_WEB_14_setembro.pdf. Acesso em 10 de Mar de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Conselho Federal de Psicologia. — 2. ed. — Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em 09 de Mar de 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 013/2007**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em 09 de Jun de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE ALAGOAS. **Cartilha com orientações para atuação de psicólogas (os) na educação em tempos de crise sanitária pandemia do Covid-19**. Maceió- Alagoas, 2020. Disponível em: https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/1593004836021_cartilha_PSICOLOGIA-ESCOLAR-EM-TEMPOS-DE-CRISE-SANITA%C4%9BRIA_COVID19.pdf. Acesso em 06 de Jun de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **CRP SP repudia o decreto que institui a “Política Nacional de Educação Especial”**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.crpssp.org/noticia/view/2620/crp-sp-repudia-o-decreto-que-institui-a-politica-nacional-de-educacao-especial>. Acesso em 07 de Abr de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ. **Orientações para Psicólogos(os) Escolares e Educacionais no contexto da pandemia**. Paraná, 2020. Disponível em: <http://crppr.org.br/psicologiaescolareeducacionalnapandemia/>. Acesso em 06 de Jun de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. **Reflexões sobre educação no contexto de pandemia.** Paraná - 2020. Disponível em: <https://crppr.org.br/diadaeducacao/>. Acesso em 20 de Set de 2020.

CORRÊA, Luiza. **Protocolo sobre a Educação Inclusiva durante a pandemia da COVID-19.** Instituto Rodrigo Mendes, 2020. Disponível em: <https://fundacaogrupovw.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf>. Acesso em 08 de Out de 2020.

CORREA, Luiza; MICAS, Lailla. [Entrevista cedida à Tamara Castro da CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária] **Educação Inclusiva e a Pandemia.** São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/educacao-inclusiva-e-pandemia>. Acesso em 06 de Mai de 2021.

DIAS, Érika; PINTO, Fátima Cunha Ferreira. **A educação e a Covid-19.** Vol.28 no.108 Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300545. Acesso em 14 de Set de 2020.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; SILVA, Silvia Maria Cintra da; SOUZA, Marilene Proença Rebello de. **A Psicologia Escolar e Educacional em Tempos de Pandemia.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572020000100101&script=sci_arttext. Acesso em 09 de Mar de 2021.

FALCONERY, Lucas. **Ensino de alunos com deficiências na pandemia mobiliza professores e pais no Ceará.** G1- Portal de Notícias, Ceará 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/10/06/ensino-de-alunos-com-deficiencias-na-pandemia-mobiliza-professores-e-pais-no-ceara.ghtml>. Acesso em 18 de Out de 2020.

FRANCISCHINI, Rosângela; VIANA, Meire Nunes. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web.pdf. Acesso em 02 de Jun de 2021.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, **Informativo Pesquisa: Inclusão Escolar em Tempos de Pandemia.** 2020. Disponível em: https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/inclusao_escolar_em_tempos_de_pandemia_v1.pdf. Acesso em 06 de Mai de 2021.

JORNAL NACIONAL. **Pai vai todos os dias até escola da filha em busca de sinal de internet e matérias.** Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/09/22/pai-vai-todos-os-dias-ate-escola-da-filha-em-busca-de-sinal-de-internet-e-materias.ghtml>. Acesso em 17 de Out de 2020.

MAGALHÃES, Tamara França de Almeida. **A escolarização do estudante com deficiência em tempos de pandemia da Covid-19: Tecendo algumas possibilidades.** Revista Artes de Educar, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/53647>. Acesso em 06 de Mai de 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em:

<https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em 24 de Mar de 2021.

MANTOAN, Maria Teresa. [Entrevista cedida a Diana Carvalho da página ECOA do UOL] **Por que a nova política de educação especial é vista como um retrocesso?** São Paulo, Out de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/10/23/por-que-nova-politica-de-educacao-especial-e-vista-como-retrocesso.htm>. Acesso em 28 de Abr de 2021.

MENCIA, Gislaine Ferreira Menino-; BELANCIERI, Maria de Fátima; SANTOS, Mônica Pereira dos; et al. **ESCOLA INCLUSIVA: uma iniciativa compartilhada entre pais, alunos e equipe escolar.** Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572019000100316. Acesso em 09 de Mar de 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, **Política de educação inclusiva.** (2014).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reexame do Item 8 (orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11/2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.** 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157681-texto-referencia-educacao-especial-revisao/file>. Acesso em 09 de Mar de 2021.

MIRANDA, Fabiana Darc. **Aspectos Históricos da Educação Inclusiva no Brasil.** Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867/4442>. Acesso em 07 de Abr de 2021.

MOREIRA, Alexandre; PELLANDA, Andressa; MAUCH, Carla; et al. **Guia COVID-19: Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.** Volume 7 - Inclusão/2020. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia7_FINAL.pdf. Acesso em 09 de Mar de 2021.

MRECH, Leny Magalhaes. **O que é Educação Inclusiva.** Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/1-o-que-e-educacao-inclusiva.pdf>. Acesso em: 24 de Mar de 2021.

NASCIMENTO, Amanda Sousa Batista do; SOUSA, Debóra da Silva; VERSOLATO, Marina Savordelli. **O impacto da pandemia na educação especial na perspectiva da educação inclusiva: um balanço preliminar pela ótica de professores de Atendimento Educacional Especializado na Rede Municipal de Santo André - SP.** 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/news/o-impacto-da-pandemia-na-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-um-balanco>. Acesso em 09 de Mar de 2021.

NEGREIROS, Fauston; FERREIRA, Breno de Oliveira. **Onde está a psicologia escolar no meio da pandemia?** São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/noticias/eBook_PsicologiaEscolar.pdf. Acesso em 06 de Jun de 2021.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislações e Políticas Públicas em educação Inclusiva**. 2ª Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/23864.pdf>. Acesso em 06 de Mar de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Estratégias de ensino a distância em resposta ao fechamento das escolas devido à COVID-19**. Nota informativa nº 2.1 - Abril de 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373305_por/PDF/373305por.pdf.multi. Acesso em: 11 de Nov de 2020.

PASE, Giulia Joanessa Wommar. **Educação Inclusiva em tempos de pandemia: vivências na rede municipal de ensino de Ijuí/RS**. 2020. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-inclusiva-em-tempos-de-pandemia-vivencias-na-rede-municipal-de-ensino-de-ijui-rs.htm>. Acesso em 08 de Out de 2020.

RAASCH, Leida; CRISTOFOLETI, Rita de Cassia. **Educação Inclusiva em Tempos de Pandemia: algumas reflexões sobre o ensinar e o aprender**. Espírito Santo/ES - 2020. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.periodicos.ufes.br/snee/article/view/34386/23068&sa=D&source=editors&ust=1615325581633000&usg=AOvVaw3XDIcd2W1M0aplTlZV_84. Acesso em 09 de Mar de 2021.

REZENDE, Joffre Marcondes. **Livro Linguagem Médica**. Vol. 27. págs 153-155. ano 1998. Acesso em 09 de Nov de 2020.

RIBEIRO, Márcen de Pádua; CLÍMACO, Fernanda Câmpora. **Impactos da pandemia na Educação Infantil: a pandemia acelerou a necessidade de se problematizar a questão digital na educação infantil**. Pedagogia em Ação, Belo Horizonte, v. 13, n. 1 (1 sem. 2020). Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23756>. Acesso em 10 de Nov de 2020.

SANTOS, Kátia Silva. **A Política Nacional de Educação Especial e a ‘Perspectiva Inclusiva’: Novos ‘Referenciais’ Cognitivos e Normativos**. UFRGS/IFBA - 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/801/646>. Acesso em 07 de Abr de 2021.

SANTOS, Rosiane de Oliveira da Fonseca. **Algumas considerações sobre a Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores**. *Educação Pública*, v. 19, nº 12, 25 de junho de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/12/algumas-consideracoes-sobre-a-educacao-inclusiva-e-as-novas-exigencias-para-a-formacao-de-professores>. Acesso em 24 de Mar de 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DIVINÓPOLIS. **Guia de Orientações em Tempos de Pandemia Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Divinópolis/MG - 2020. Disponível em:

https://www.divinopolis.mg.gov.br/arquivos/1592437353038_versao_finalizada_9_13044058.pdf. Acesso em 09 de Mar de 2021.

SILVA, Ellery Henrique Barros da; NETO, Jerônimo Gregório da Silva; SANTOS, Marilde Chaves dos. **Pedagogia da Pandemia: Reflexões sobre a Educação em tempos de isolamento social**. Revista Latino-Americana de Estudos Científico - RELAEC. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695>. Acesso em 07 de Nov de 2020.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da; BINS, Katiuscha Lara Genro; ROZEK, Marlene. **A Educação Especial e a COVID-19: Aprendizagens em tempos de isolamento social**. Interfaces Científicas: Educação. vol. 10 n. 1 - 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/8914>. Acesso em 09 de Mar de 2021.

SILVA, Mary Jones Rocha da. **Educação Inclusiva e as tecnologias assistivas na Ead: Uma breve discussão**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 09, Vol. 05, pp. 59-69. Setembro de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/breve-discussao>. Acesso em 24 de Mar de 2021.

VIEIRA, Givanilda Márcia. **Educação Inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade**. Disponível em: <http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/24042013TCC%20-%20Givanilda%20Marcia%20Vieira.pdf>. Acesso em 24 de Mar de 2021.

WHO. World Health Organization. **Coronavirus disease (COVID-19) situation reports**. Disponível em: <https://www.who.int/es>. Acesso em 08 de Nov de 2020.

ZAJAC, Danilo. **Ensino remoto na Educação Básica e covid-19: um agravamento ao Direito à Educação e outro impasses**. Disponível em: <https://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/>. Acesso em 11 de Nov de 2020.